
ENSINO NA UNIVERSIDADE: UM ALERTA.

JOSÉ PEREIRA DE QUEIROZ NETO^()*

Está na hora de, com coragem, dedicar nossa atenção ao ensino, principalmente na Universidade. O desafio é tanto mais sério, quanto o momento que se atravessa é cheio de incertezas, após uma deterioração progressiva das Instituições Públicas de Ensino, à beira da catástrofe. O que os Universitários podem esperar, pela frente?

Esse esperar, para nós, não pode ser passivo, pois não somos meros espectadores da história, tal qual o torcedor de futebol nas arquibancadas. Este torce pela vitória de seu time, ralando as unhas enquanto não ouve o apito do juiz final, isto é, do árbitro.

No futebol há heróis e vilões, dentro do campo e fora dele. A qualquer momento, o papel de vilão, aos olhos do torcedor, passa a ser representado pelo técnico (incompetente), por alguns ou vários jogadores, podendo atingir a Diretoria do Clube e até seu Presidente. A salvação pode ser a mudança do técnico, de jogadores e, em casos mais extremos, até da Diretoria e do Presidente. O torcedor, marginalizado, fica à espera do jogador habilidoso, Mané Garrincha ou Pelé, do técnico competente e do Presidente carismático, enfim, do milagre.

Apesar de certas semelhanças, nós universitários estamos mais para jogador que para torcedor: somos sujeitos e atores da história do Ensino. A graduação é o meio de campo, pouco adiante da zona do agrião, representada pela massa de docentes e alunos do 1º e 2º graus. Alguns de nós avança mais, em direção ao gol adversário, sobretudo pela pós-graduação; menos numerosos, os pontas de lança, por conta própria e até com sentido de equipe, ocupam posições de ataque. De forma geral, produzimos conhecimentos, contribuimos para o avanço da ciência e até da tecnologia nacional.

Nossos passes, mesmo com salários mínguados, aumentam de valor em função de jogadas individuais nos campos das ciências, na busca e desenvolvimento de novos caminhos do conhecimento. São as titulações que se sucedem, o amparo crescente e cada vez mais necessário dos órgãos e agências de financiamento, a ascensão a postos de cada vez maior poder. Temos mesmo a impressão de mudar de categoria, para técnico e, com maior valoração de nossos passes, para cargos de

(*) - Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA - Nº 70

Diretoria. Não tenho notícia de que algum de nós, em função de sua carreira, tenha chegado à Presidência... do clube.

Será que percebemos estar desempenhando um papel no meio de campo da educação, ou apenas tentamos construir jogadas, cada vez mais sábias, montando o quadro de nossa ascensão talvez a técnico ou diretor? Será que está claro em nossos espíritos o significado de nossas carreiras, professor dublê de cientista, na sociedade onde nos inserimos, se é que estamos inseridos? Como somos vistos e o que representamos para ela?

Uma tese de Mestrado, defendida recentemente por GLORIA BERGIER DIETRICHKEIT (1989) na Faculdade de Educação da USP, discorreu sobre a visão que crianças de 1ª à 4ª série tem do cientista. Duas populações, representando escola pública e privada de bairros da classe média paulistana (Sumaré e Vila Madalena), responderam à pergunta "o que é o cientista para você?". Para a autora, as crianças vêem o cientista como alguém diferenciado dos demais, com qualidades incomuns, misto de Maga Patalógica e Professor Pardal, ora um gênio ou um sábio, ora um mágico estabonado, quase sempre de avental e cabelos espetados, ambos brancos. Essas imagens, também encontradas nas ruas, são mantidas inconscientemente pelo próprio corpo docente, como adverte a autora; no entanto, esse corpo docente passou pela Universidade.

Essa visão do cientista, cidadão acima do bem e do mal, é um fato preocupante: é aquele que fica "bem distante das pessoas, em um laboratório, fazendo suas pesquisas e experiências". Estaria sendo construído o mito moderno, a religião do futuro, com seus sacerdotes e hierarquias, únicos capazes de encontrar as respostas para os males da sociedade e, até de aplica-las? Não estamos assistindo a criação do mandarinato moderno, ao qual poucos eleitos tem acesso, isto é, aqueles que podem pagar o preço da entrada no Olimpo da Ciência? Quem brinca de cientista no Brasil?

Num artigo recente, publicado no Suplemento de Ciência e Cultura sobre a "Universidade brasileira: organização e problemas", CLAUDIO DE MOURA CASTRO (1985) apresenta dados sobre a produção científica brasileira, partindo do pressuposto de que ela está relacionada à presença da pós-graduação nas Instituições. Nesses dados não estão incluídas as Instituições mais relacionadas à pesquisa tecnológica, como o IPT, nem os da administração direta, como o IAC.

O Estado de São Paulo lidera o cenário, com perto de 50% da produção total. As três Universidades estaduais são responsáveis por 32%, a USP sozinha, a maior delas, por 22%. As instituições públicas federais, lideradas pela Escola Paulista de medicina, concorrem com 7,5% e as instituições privadas com apenas 5,5%. Fora de São Paulo, apenas a UFRJ é mais expressiva, superando sozinha a UNESP e a UNICAMP (11,5%).

É interessante observar que levantamento da participação de cientistas na XXXV reunião anual da SBPC, em 1983, mostra dados similares da participação paulista (cerca de 43% das comunicações). Essa reunião realizou-se em Belém, a quase 3000 Km de distância de São Paulo, em linha reta.

JOSÉ PEREIRA DE QUEIRÓZ NETO

Esses dados mostram que:

1- Os centros economicamente mais fortes tendem a polarizar a produção científica. Resulta um desequilíbrio preocupante: a par da dependência sócio-econômica e cultural do Brasil em relação aos países centrais, o fenômeno é reproduzido internamente. Há uma forte chance para a manutenção dessa situação, mesmo seu agravamento, em que pese o esforço de descentralização, feito pelo Governo Federal, nos últimos decênios.

2- A contribuição maior provem das Universidades estaduais paulistas. A participação do setor privado é pequena, com exceção das PUCs, que procuram manter um sistema de profissionalização similar ao das instituições públicas.

Quem vai se tornar cientista freqüente, em algum momento, a Universidade pública e, de preferência, as de São Paulo. No mesmo suplemento de Ciência e Cultura, GRACELLI e MOURA CASTRO (1985) mostram que, em 1981, 64,5% das Instituições que ofereciam cursos de pós-graduação estavam no Sudeste, representando 80% dos programas e que as Universidades estaduais paulistas abrigavam cerca de 30% dos estudantes inscritos.

Não é casual a recorrência dos dois dados: as três Universidades paulistas, responsáveis por 32% da produção científica, albergam 30% dos estudantes de pós-graduação! Sabemos que a expansão da pós-graduação brasileira foi extremamente rápida, implantada oficialmente nos moldes atuais (e iniciando, em muitos casos) no finalzinho da década de 60. Em meados da década seguinte, a USP já contava com cerca de 10.000 estudantes de pós-graduação, número que tem aumentado gradativamente.

Dessa forma é que o sistema universitário paulista "trabalha" para sua reprodução e expansão, cumprindo um de seus papéis no campus de jogo do Ensino. Bola prá frente, vamos jogar e produzir conhecimentos, formando novos jogadores, suplentes e reservas da ciência. Quem sabe, numa dessas, não sairá um novo Mané Garrincha das pernas tortas, êmulo de Einstein de cabelos brancos arrepiados?

Enquanto isso não acontece, podemos observar orgulhosos o sucesso que esse trabalho de reprodução e expansão da Universidade vem tendo extra-muros. No tempo da ditadura militar, forneceu importantes Ministros da... Justiça, por acaso egressos da veneranda Faculdade de Direito do Largo de São Francisco; um deles saiu da Reitoria da USP para o Ministério e foi o autor do AI-5. Um Ministro da Economia ficou famoso, tendo também passado por Agricultura e Planejamento: tendo saído da Faculdade de Economia e Administração da USP, apenas não conseguiu ser o Delfim do regime. E, nesta transição que de tão lenta e gradual não parece ter fim, mas que também é democrática, tivemos e temos a participação de insígnies mestres da Economia, misturando USP, UNICAMP, FGV e, até e porque não, Ministro e Secretário Especial da Ciência e Tecnologia: enfim, especialistas ocupando postos de técnico de nosso time, homens que deveriam saber das coi-

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA - Nº 70

sas porque são do ramo. No momento atual, vemos a introdução de um toque feminino e colorido, também Universitário, na chefia das Finanças do clube.

Nessa parte, do meio de campo para a frente, a Universidade tem trabalhado com alguma competência. O treinamento dos jogadores, desde a graduação, mantém-se eficiente e, com a pós-graduação, as posições estão cada vez melhor guardadas; ao que tudo indica, o ataque vai continuar sendo abastecido, os pontas de lanças vão continuar a avançar, inclusive para fora dos limites do campus.

Cumprindo em parte seu destino a Universidade Paulista. Foi criada por um movimento de sua burguesia que, já na década de 20, afirmava serem suas funções predominantes a formação do Professorado secundário e superior, no âmbito estadual, e a formação de classes dirigentes, em âmbito nacional. Ainda, o decreto estadual 6.283 de 25 de janeiro de 1934 que criava a Universidade de São Paulo, estatuiu que, entre seus fins, incluía-se a formação de especialistas em todos os ramos da cultura e técnicos e profissionais em todas as profissões de base, científica e artística.

Cumprindo parcialmente seu destino, não estaria contribuindo para manter aquela visão sobre os cientistas, expressa pelas crianças do 1º grau de São Paulo? A Universidade, como um degrau no caminho da realização individual na sociedade moderna, industrial, urbana e de consumo, produzindo, de um lado, cientistas para o próprio consumo e, de outro lado, os sábios competentes e capazes de contribuir para que nosso time supere a crise e as agruras de pertencer à 3ª divisão, com o sonho de jogar apenas com os times da 1ª divisão? E se, para isso for necessário reeditar a tresloucada abertura dos portos de 1808, logo após a chegada de D. João, filho de Maria a Louca e esposo de Josefina não muito certa, que seja feito: o ano da graça de 1990 ficará marcado como o da 2ª abertura dos portos ao livre comércio internacional. Assim, os universitários, em nome da Ciência, poderão receber as benesses dessa abertura, na forma do livre intercâmbio e da importação de equipamentos "up to date" tão necessários. Quem sabe, no bojo da abertura... dos portos, nosso passe não seria valorizado e, para alguns privilegiados, não seria possível vendê-los para a Itália?

Esse tipo de jogo, afinal, não estaria contribuindo para a implantação mais forte do mandarinato da Ciência/Universidade na nossa sociedade? E nós próprios, mandarins ou candidatos, não estaríamos sendo seus cúmplices e, eventualmente alertados, cooptados ou coniventes, deixamos-nos embalar docemente contrangidos ao som do hino angelical "fora da Universidade não há competência?". Assim, poderia ser formada a "Corporação Universitária Futebol Clube", com acesso muito controlado.

Tudo isso constitui apenas uma parte da Universidade, que apresenta inegável sucesso. Nesse setor, o ensino de graduação vem produzindo frutos.

Vamos voltar nossos olhos para o outro lado do campo, de onde provem a matéria prima que nos abastece e procuramos moldar. Que importância damos à essa retaguarda, zona do agrião, onde se debatem outros mestres, cada vez mais

JOSÉ PEREIRA DE QUEIROZ NETO

afogados pelo ataque constante, pelos meios e pelas pontas, de uma multidão de crianças, fruto de uma pressão social de realização através da educação?

Vemos o ensino básico como algo insatisfatório, extremamente ineficiente e deficiente, formando seus alunos de modo inadequado e incorreto para os padrões que almejamos. O crescimento demográfico, a entrada crescente de parcelas da população à economia de mercado e à sociedade industrial e urbana, formaram uma pressão sobre as escolas, explosiva no dizer de PAUL SINGER (1986). Ele relata a resposta dada por moradores dos Alagados, em Salvador, à pergunta "o que você acha que vai acontecer com seus filhos?": "meus filhos vão ter mais escolaridade. Estou fazendo todo o sacrifício, mas eles vão realmente ter mais escola".

A resposta do Estado à essa demanda foi insatisfatória, incompetente e desonesta. A querela "escola pública versus escola livre", ponto de partida do processo de desagregação do ensino público, escondia vários interesses por detrás da pretensa liberdade de ensino, grupos poderosos lutavam para tornar obrigatória a destinação de recursos públicos para as escolas privadas. A 1ª lei de diretrizes e bases constituiu um marco decisivo dessa história, ao escancarar as portas para esse subsídio. A irresponsabilidade do Estado fez o resto, tendo em vista desacreditar aos olhos da sociedade a sua competência em matéria de educação. Em outras palavras, o Estado assumiu o papel de Pilatos face à Escola Pública e Gratuita.

Os recursos destinados pelo Estado à Educação foram minguando: em 1965, o MEC recebia 11% do orçamento da União, caindo para o patamar de 4,5/5% dez anos depois. Hoje, a situação é dramática, com o MEC recebendo 10% a menos que em 1989, e dispendendo pouco mais de 70% com as Universidades federais e pouco mais de 8% com o ensino básico e médio.

Chegamos ao ponto de termos um ensino médio privado menos ruim, ao lado de um público péssimo, aumentando mais o fosso que separa aqueles que podem pagar (e optar pelo ensino "livre"), e os que não podem e recebem apenas migalhas.

A Universidade pública de São Paulo, através do vestibular, é um espelho desse fosso perverso. Em 1965, a relação candidatos/vaga na USP era de 4/1: no sistema universitário paulista, ainda não pesavam a UNICAMP nem a UFSCar, além de alguns Institutos isolados que mais tarde comporiam a UNESP. Hoje, somente para o vestibular FUVEST, a relação candidatos/vaga é de cerca de 15/1: as vagas, nesse período, apenas dobraram na USP. Naquela época, já havia predomínio de estudantes em escolas privadas, em menor proporção do que atualmente: cerca de 60%. As inscrições aos vestibulares ainda mostram a preferência dos estudantes pela Universidade pública, que conta com 55 a 60% dos candidatos a vestibular.

Houve, inegavelmente, um crescimento desigual de oportunidades: a USP vem mantendo o mesmo número de vagas há 15 anos, enquanto aumentou o ingresso na pós-graduação. Fato similar ocorreu com a UNICAMP. A UNESP, não fosse a incorporação de instituições como a Fundação Educacional de Bauru, também mostraria o mesmo quadro. Paralelamente, o ensino superior privado aumen-

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA - Nº 70

tor: há no Sudeste cerca de 480 instituições, entre Universidades, Federações ou Estabelecimentos isolados, representando 74% do total de Instituições privadas do país (GRACELLI e MOURA CASTRO, 1985).

Em 1990 a história do vestibular apresentou uma agravante: cerca de 15% das vagas oferecidas pela FUVEST na USP não foram preenchidas.

A retaguarda de nosso time, ao que parece, anda embolando demais o jogo e não consegue mandar a bola para a frente. Como não se supõe estar jogando de sapato alto, a culpa é imediatamente lançada à falta de preparo do estudante.

Ouvimos, com frequência, dois tipos de proposta para resolver esse problema. De um lado, aqueles que julgam caber à Universidade a definição do perfil do aluno que quer receber, no intuito de defender seu renome, seu prestígio e seu nível, face ou independentemente à precariedade do ensino anterior. Contaria, assim, com estudantes melhor selecionados para atender seus objetivos, mesmo com o risco de ter vagas ociosas como este ano. Em outra vertente, situam-se aqueles que acham que a Universidade precisa levar em conta a realidade do ensino prévio deficiente, procurando adaptar seu vestibular aos programas curriculares reais de 1º e 2º graus. Essa posição trás, atrás de si, uma certa postura de defesa do ensino público, mais deficiente: assim agindo, a Universidade abriria maiores condições para que seus egressos ficassem menos marginalizados no acesso.

Ultimamente, apareceram propostas complementares à esta última, a de reservar uma certa porcentagem das vagas a estudantes das escolas públicas de 1º e 2º graus. Aceita esta idéia, é possível temer pela criação, dentro da Universidade, de mais duas castas de estudantes.

Aqui, cabe uma questão delicada: será que a Universidade não estaria respondendo ao mesmo tempo, e talvez às avessas, àquelas duas posturas? Mais de 50% dos aprovados nos exames da FUVEST provem de escolas privadas: o perfil do aluno mais preparado, mais próximo do perfil desejado, não corresponde exatamente ao daquele egresso das escolas que melhor conseguiram adaptar-se às exigências do vestibular, isto é, o ensino privado? Certas escolas privadas, inclusive, orgulham-se de ver seus ex-alunos ingressarem por aquele funil estreito (dotado de filtro), sem passar pelo famigerado purgatório/cursinho.

Uma das causas da enorme degradação do ensino básico e médio vem sendo o rebaixamento salarial dos docentes. A tal ponto que os estudantes de 3º grau, melhor preparados, já não procuram ingressar no ensino público: a rede oficial paulista, segundo estimativas recentes, conta com cerca de 80% de mestres provenientes do 3º grau privado. O ensino recebido por esses docentes, na sua preparação universitária, corresponde apenas à repetição de segunda mão daquilo que é ensinado nas escolas públicas. Mesmo os docentes do ensino universitário particular que saíram de escolas públicas de 3º grau, perdem quase totalmente o contato com estas (onde ainda há renovação e atualização) e passam a meros repetidores de textos didáticos, quando não de apostilas.

São raríssimos os professores do ensino universitário privado que procuram os cursos de pós-graduação (a maior parte deles nas Universidades Estaduais),

JOSÉ PEREIRA DE QUEIRÓZ NETO

com exceções louváveis representadas por algumas PUCs. Não há nenhum interesse da escola privada pelo aperfeiçoamento de seu corpo docente.

Há, assim, um fosso duplo, primeiro entre a graduação das Universidades Estaduais paulistas e o ensino das Escolas públicas de 1^a e 2^a graus e, segundo, entre aquelas e as escolas superiores privadas. Esse fosso tende a acentuar as diferenças entre os ensinamentos básicos, público e privado, acabando por privilegiar este último como canal preferencial de entrada no monte Olimpo.

O círculo do mandarinato se fecha aos poucos e, para adentrá-lo será necessário:

- 1- provir de família abonada;
- 2- morar em cidade onde haja escola privada de 1^a e 2^a graus, com nível de ensino mais razoável;
- 3- poder frequentar, pelo menos uma vez, os cursos preparatórios objetivos, com ou sem equipes.

Uma vez lá dentro, a saída é totalmente voluntária. A pós-graduação recebe preferencialmente os filhos diletos da graduação da própria Universidade. Esse time de futebol passa a ser uma grande família, onde todos são felizes. Com um pouco de sorte, e auxílio da língua inglesa, quem sabe não seria possível vender nosso passe para a Itália?

Paralelamente, corre-se o risco de que esteja sendo montado um futebol de várzea, cujo ingresso se dá pela escola pública de 1^a e 2^a graus e o término, ironia da história, se dá pela escola superior privada. Quem nasce para varziano dificilmente chegará à seleção brasileira. Adeus copa do mundo.

Segundo NAGLE (1985), não há projeto para a licenciatura na escola pública, e essa negligência seria criminosa, pois atinge todo o ideário da escola pública e gratuita. MENEZES (1985) defende a tese de que formar professores de 1^a e 2^a graus deve ser tarefa da Universidade pública, e que a antinomia formar cientistas ou professores é falsa; vai mais além, quando afirma que a Universidade deve abandonar a idéia de que formar alguns professores é a tarifa que ela paga para poder fazer ciência em paz.

Agora, talvez esteja chegando uma das últimas oportunidades de reverter a situação: sem regimes militares e AI-5, a Constituição abre, pelo seu artigo 207, a perspectiva das Universidades gozarem "de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerem ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

É hora de repensarmos a Universidade Pública (no quadro de um ensino público revalorizado), para fazê-la cumprir seu destino, que preconiza como função predominante formar professores do ensino médio e universitário. E, paralelamente, como outra função social importante, manter um quadro favorável à consecução de pesquisas científicas de qualidade.

Não há fórmulas mágicas: o tempo dos milagreiros "condottieris" já passou, felizmente. É preciso pensar coletivamente, junto com a sociedade da qual emanamos, as modificações, correções, ajustes, aperfeiçoamentos, enfim, a reforma de

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA - Nº 70

nosso sistema universitário público, incluindo a ampliação das vagas de ingresso. Trabalhar para que a frase "ensino público e gratuito" deixe de ser uma simples frase de efeito e possa assegurar "a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" a todos, como reza o art. 206, item I de nossa Constituição.

BIBLIOGRAFIA

- GRACELLI, A. e MOURA CASTRO, C. (1985) - O desenvolvimento da pós-graduação no Brasil. SBPC, Suplemento "Universidade brasileira: organização e problemas", *Ciência e Cultura*, 37(7):188-201.
- DIETRICHKEIT, G. B. (1989) - O cientista na visão de crianças de 1ª à 4ª série do 1º grau. USP, Fac. Educação, Tese de Mestrado.
- MENEZES, L. C. (1986) - Formar professores: tarefa da Universidade. In "Universidade, escola e formação de professores", S. Paulo, Ed. Brasiliense, p. 115-126.
- MOURA CASTRO, C. (1985) - Há produção científica no Brasil? SBPC, Suplemento "Universidade brasileira: organização e problemas", *Ciência e Cultura*, 37(7):165-187.
- NAGLE, J. (1986) - As unidades universitárias e suas licenciaturas: educadores x pesquisadores. In "Universidade, escola e formação de professores", S. Paulo, Ed. Brasiliense, p. 161-172.

RESUMO

O ensino de graduação deve ser repensado: a par de um relativo sucesso na criação de infra-estrutura para a formação de um quadro estável para a pesquisa, nas Universidades estaduais e federais paulistas, a outra face da Universidade vem atuando mal. A formação do professor do ensino básico é hoje uma tarefa considerada secundária, relevada como função às escolas superiores privadas. O fosso qualitativo entre Universidade pública e privada concorre para acentuar a má formação do Professor do ensino básico público e gratuito: o círculo está quase fechado, na Universidade pública entra preferencialmente o egresso do 2º grau privado, e o da escola básica pública tem que adaptar-se à um ensino superior de 2ª categoria.

JOSÉ PEREIRA DE QUEIRÓZ NETO

Palavras-Chave:

Universidade paulista; ciência x ensino; graduação e pós-graduação; ensino público x privado.

ABSTRACT

Graduation teaching must be rethought: informed about a relative success in the creation of a substructure for the formation of a stable picture for research, at the federal and state universities in the state of São Paulo, the other side of the university is not having a good outcome. The formation of the teacher in basic teaching is a task considered secondary, taken into consideration as a function of the private secondary school. The qualitative gap between private and public universities, leads to accentuate the bad formation of the teacher in public and free basic studies: The circle is nearly closed, at the public universities the private second degree schools tend to be privileged in obtaining an opening and the one from the basic public school has to adapt himself to second category graduate and post graduate studies.

Keywords:

University in São Paulo State, Science versus Teaching; graduate and postgraduate studies, private versus public studies.

